



00359843320174013800

108  
C

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0035984-33.2017.4.01.3800 - 7ª VARA - BELO HORIZONTE  
Nº de registro e-CVD 00021.2018.00073800.1.00152/00128

**Ação Cumprimento de Sentença**  
**Exequente: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT**  
**Executado: Flaviana Lemos da Silva**

---

**SENTENÇA**

Trata-se de Ação de Cumprimento de Sentença, oriunda da Ação Civil Pública nº 57367-09.2013.4.01.3800, movida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT contra Flaviana Lemos da Silva.

No curso do feito executivo, o DNIT adquiriu a moradia descrita às fls. 108/109, em favor do Executado, assegurando-lhe o direito à moradia digna, previsto na Constituição Federal de 1988.

Isto posto, **JULGO EXTINTO o presente feito**, nos termos do disposto no art. 487, III, b, c/c art. 924, II do CPC.

Nos termos da deliberação contida na Ata da 11ª Reunião do Conselho Executivo e atendendo aos ditames do princípio constitucional da publicidade, publique-se no site da Justiça Federal de Minas Gerais, na aba "Concilia BR381 e Anel": a ata da audiência de conciliação na qual foi homologada a aquisição do imóvel de destino; o termo de ciência/aceite e a declaração. Na publicação no site, deverão ser tarjados os dados que informem o endereço de destino das famílias, bem como os CPFs do alienante e do beneficiário e sua família.

Cadastre-se o presente feito como segredo de justiça.

Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se os autos com baixa.

**Publique-se. Registre-se. Intimem-se.**

Belo Horizonte, 02/02/2018.



00359843320174013800

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0035984-33.2017.4.01.3800 - 7ª VARA - BELO HORIZONTE  
Nº de registro e-CVD 00021.2018.00073800.1.00152/00128

**ANDRÉ PRADO DE VASCONCELOS**  
**Juiz Federal - 7ª Vara - SJMG**

lmfz

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL ANDRÉ PRADO DE VASCONCELOS em 02/02/2018, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 86615953800208.